



Revista Brasileira de Educação

ISSN: 1413-2478

rbe@anped.org.br

Associação Nacional de Pós-Graduação
e Pesquisa em Educação
Brasil

PONTES SPOSITO, MARILIA; DE SOUZA TARÁBOLA, FELIPE

Entre luzes e sombras: o passado imediato e o futuro possível da pesquisa em juventude
no Brasil

Revista Brasileira de Educação, vol. 22, núm. 71, 2017, pp. 1-25
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27553035003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Entre luzes e sombras: o passado imediato e o futuro possível da pesquisa em juventude no Brasil

MARILIA PONTES SPOSITO

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

FELIPE DE SOUZA TARÁBOLA

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

RESUMO

Tendo como ponto de partida o conjunto de artigos publicados pela *Revista Brasileira de Educação* (RBE) em 1997 no dossiê *Juventude e contemporaneidade*, o texto estabelece uma reflexão sobre os múltiplos caminhos percorridos pela pesquisa sobre os jovens no Brasil nos últimos 20 anos. A partir da base de dados da RBE, estabelece-se uma análise preliminar a partir de 32 artigos publicados sobre o tema após a edição do referido dossiê. Esse *corpus* constitui o mote para reflexões que inventariam projeções de múltiplas perspectivas nos estudos sobre os jovens na área da Educação. As convergências e lacunas são examinadas como parte de um eixo de pesquisa em constituição. Pondera-se sobre a abertura para novos desafios e perspectivas de investigação sobre a juventude, tomando como exemplo a fusão do conflito coletivo e das mobilizações juvenis em torno dos recentes movimentos de resistência dos estudantes de ensino médio.

PALAVRAS-CHAVE

juventude; perspectivas teóricas; temas de pesquisa.

BETWEEN LIGHT AND SHADOW: THE IMMEDIATE PAST AND PROBABLE FUTURE OF RESEARCH ON THE YOUTH IN BRAZIL

ABSTRACT

Having the set of articles published by *Revista Brasileira de Educação* (RBE) in 1997 for the portfolio “Youth and contemporaneity” as starting point, this paper makes a reflection on the many paths taken by research on the youth in Brazil over the last 20 years. Based on RBE’s database, a preliminary analysis was conducted on 32 articles addressing this matter and edited for the aforementioned portfolio. This corpus constitutes a rallying point for reflections that could project multiple perspectives on studies about the youth in the field of Education. Convergences and gaps are to be examined as part of a research line still being formed. Openness to new challenges and investigation perspectives are questioned, taking the fusion of the collective conflict with mobilizations around recent resistance movements by high schoolers as an example.

KEYWORDS

youth; theoretical perspective; research subjects.

ENTRE LUCES Y SOMBRAS: EL PASADO INMEDIATO Y EL FUTURO POSIBLE DE LA INVESTIGACIÓN EN JUVENTUD EN BRASIL

RESUMEN

Con el punto de partida del conjunto de artículos publicados por la *Revista Brasileira de Educação* (RBE) en 1997 en el dossier Juventude e contemporaneidade, el texto establece una reflexión sobre los múltiples caminos recorridos por la investigación sobre los jóvenes en Brasil en los últimos 20 años. A partir de una base de datos de la RBE, se establece un análisis preliminar a partir de 32 artículos publicados sobre el tema tras la edición del referido expediente. Este corpus constituye el mote para reflexiones que inventarían proyecciones de múltiples perspectivas en los estudios sobre los jóvenes en el área de la Educación. Las convergencias y lagunas se examinan como parte de un eje de investigación en constitución. La apertura hacia nuevos desafíos y perspectivas de investigación sobre la juventud es reflejada tomando como ejemplo la fusión del conflicto colectivo y de las movilizaciones juveniles en torno a los recientes movimientos de resistencia de los estudiantes de enseñanza media.

PALABRAS CLAVE

juventud; perspectivas teóricas; temas de investigación.

“O passado imediato apenas raramente é objeto de nosso interesse.

Ou o presente se apodera de nós à força ou nos perdemos no passado remoto e tentamos decifrar o que foi totalmente perdido”

(J. Goethe em Afinidades eletivas)

INTRODUÇÃO

À luz dos temas apresentados no dossiê *Juventude e contemporaneidade*¹ em 1997 — tais como aqueles agrupados nas relações entre juventude e educação, trabalho e emprego, cultura e valores, política e ações coletivas, transgressão e drogas, vida urbana, pobreza, comportamento de risco e esporte —, além da entrevista realizada com o sociólogo francês François Dubet, refletimos aqui sobre as projeções daquela miríade de perspectivas que colocam o jovem, concomitantemente, como “objeto de análise, beneficiário de iniciativas da sociedade civil ou de políticas públicas (...) e revelador de tendências emergentes” (Peralva e Sposito, 1997, p. 3).

Como as cores que atravessam um prisma, aqueles artigos de pesquisadores brasileiros e referências internacionais no tema reunidos no referido dossiê indicavam uma paleta diversa para a composição de outras telas e obras em âmbito nacional. O que permaneceu iluminado e quais cores foram se esvanecendo — ou nem chegaram a aparecer — ao longo desses 20 anos na pesquisa educacional, que tem como um canal importante de divulgação a *Revista Brasileira de Educação* (RBE)?

Se é certo que naquela reunião de artigos já se “apontavam para mudanças globais, características da sociedade de consumo e do conhecimento, e para os efeitos desiguais dessas mudanças na vida dos jovens”, como retomam dez anos depois os organizadores de outra coletânea que, com alguns inéditos, tomou por base justamente aqueles artigos (Henriques e Novaes, 2007, p. 7). Já naquele livro, resultante de uma parceria entre Ministério da Educação (MEC), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e Secretaria Nacional da Juventude da Presidência da República, reconhecia-se a necessidade de agrupar e divulgar as pesquisas sobre os jovens como sujeitos de ações e destinatários de políticas públicas em um momento no qual as transformações então em curso não somente se agudizaram, como tomaram, elas mesmas, outros rumos.

A sociedade brasileira mudou desde 1997 e, com ela, certamente os jovens *fabricados* por e atuantes nela (Martuccelli, 2007; Araújo e Martuccelli, 2010). Mas e as pesquisas sobre eles realizadas no Brasil, como se encontram? Será possível identificar a reverberação dos temas, perspectivas, orientações teórico-metodológicas etc. apresentadas nos artigos que compuseram o dossiê de 1997 em outros textos, produtos de pesquisas sobre juventude, publicados nessa mesma *RBE*? Quais são as novas questões? O que ficou às sombras, sem destaque pela pesquisa aqui divulgada?

1 Publicação de número especial da *Revista Brasileira de Educação* em seus números 5 e 6 em 1997: http://www.anped.org.br/sites/default/files/rbe/files/rbe_05_e_06.pdf

Essas são algumas das indagações que movem este artigo, cujo objetivo é contribuir para as reflexões sobre o tema da juventude, a partir, especificamente, da RBE.

Para tanto, consideraremos como guia algumas metáforas que remetem a jogos de luzes, sombras e cores: as faces da lua e a difração da luz através de um prisma².

A primeira das comparações diz respeito às duas faces da lua e o que nela se mostra e se esconde — Eva e Lillith, respectivamente³. A partir dela, pode-se verificar, na análise da RBE mencionada acima, uma espécie de tendência nos artigos de se buscar nas pesquisas o que já é mais luminoso, aquilo que afeta de algum modo o pesquisador pela empatia ou por seu engajamento. A atenção para a face luminosa dos processos sociais colaborou para que fosse constituído um campo importante de objetos voltados para os conflitos sociais, para a capacidade de ação dos jovens, sua rebeldia e imaginação criativa, sua resistência aos processos que acentuam desigualdades de vários matizes, sejam sociais, de gênero ou étnicas e raciais.

Entretanto, o dossiê publicado em 1997 anunciava também outras temáticas a serem enfrentadas pela pesquisa; a face oculta da lua — Lillith — tende a permanecer desconhecida. Alguns temas são de difícil abordagem — e muitas vezes inclusive aversivos — e permanecem obscurecidos nesse *corpus*, apesar de constituírem parte significativa da vida de alguns jovens, como aqueles que dizem respeito a práticas de violência (física e simbólica, cometidas em grupos ou individualmente, voltadas a diversos tipos de dominação, como o de gênero, ou ao estabelecimento de hierarquias e desigualdades), ilegais ou criminosas, de consumo (seja de drogas ou de cultura), entre outras.

A outra metáfora diz respeito às cores que mais ganharam intensidade a partir da RBE como prisma e tem como intuito questionar quais temas ganharam tonalidades mais quentes ou vibrantes e quais não se destacaram tanto.

Assim, a partir de um recenseamento feito na base de dados da revista⁴, percorremos os 67 números publicados até 2016, sendo localizados 32 artigos que abordam a temática da juventude. Esse será o universo considerado na análise e nas reflexões que seguem.

2 Devemos a ideia do uso da imagem a Elmir de Almeida, em alusão à capa do célebre disco *The Dark Side of the Moon* da banda britânica de rock Pink Floyd. Essa criação do artista visual Storm Thorgerson pode ser conferida no blog de seu estúdio: <http://www.stormstudiosdesign.com/#/203933/2445340/view/>

3 Há diferentes versões — religiosas e laicas — para a história de Lilith, mulher que teria sido criada concomitantemente a Adão e, diferentemente de sua sucessora Eva, com os mesmos direitos atribuídos ao homem. Após recusa de Adão em respeitar seu pedido de igualdade de tratamento, Lilith foge do Éden, negando o paraíso e atraindo a fúria divina. A partir daí a personagem foi associada não somente a aspectos negativos, demoníacos até, mas à libertinagem e às forças noturnas que excitam a volúpia, tornando-se um arquétipo e símbolo de proibições associadas ao feminino e às ações das mulheres que — em diferentes acepções — perturbam os homens (Cf. Sicuteri, 1998).

4 Tal fase do trabalho foi em muito facilitada pelo acesso ao banco de dados dos periódicos da área de Educação, organizado pelo professor Julio Groppa Aquino e equipe de pesquisadores da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), a quem agradecemos pela colaboração.

Convém retomar que não se trata de um balanço nos moldes dos chamados *estados da arte* ou ainda *revisão de literatura*: não há qualquer pretensão de exaustividade; ao contrário, assumimos o risco desse procedimento. Buscamos apenas um exercício de imaginação sociológica (Mills, 1965), reconhecendo os limites dessas reflexões, além da persistência de sombras que nos impedem de apresentar todos os feixes de luz que têm iluminado a pesquisa sobre juventude.

PROJEÇÕES E MATIZES

A partir da análise dos 32 artigos sobre o tema identificados na RBE após a publicação do dossiê *Juventude e contemporaneidade*, de 1997, é possível destacar a continuidade de um modo de olhar os jovens que se consolidou ao longo dos anos como predominante no Brasil: conforme já indicado pelos balanços sobre o tema, o jovem continua sendo pesquisado preponderantemente a partir da categoria “estudante” (Sposito, 2002a, 2009). São 16 artigos com essa característica (a metade do total), sendo 8 referentes a alunos da educação básica e oito sobre o universo dos estudantes do ensino superior.

A presença marcante de pesquisas sobre os jovens apreendidos como estudantes universitários condiz com certa tradição da Sociologia da Educação, destacadamente nas obras de Foracchi (1965, 1972). Sabe-se que a expansão da educação no ensino superior marcou a última década de nosso país, tanto pela criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e pelo franco crescimento do ramo privado das faculdades (Almeida, 2014), quanto pela adoção de ações afirmativas e políticas de inclusão em universidades públicas de todo o país (Almeida e Ernica, 2015). Não à toa, entre os 32 artigos a respeito da juventude na RBE no período em tela encontram-se estudos sobre estudantes universitários deficientes (Oliveira, 2013) e, inclusive, acerca da discussão sobre cotas e ações afirmativas (Neves e Lima, 2007).

Outros estudos sobre estudantes universitários indicam uma permanência de questões anteriormente presentes na educação básica, projetando certo prolongamento temporal dos temas, como a questão da autoridade docente vista pela ótica desses jovens (Pierella, 2014), a relação entre mídia e educação a partir dos efeitos na construção de subjetividades e de práticas escolares (a “governamentalidade”) a partir da divulgação sobre vestibular em um suplemento de educação de um jornal de grande circulação em Rio Grande do Sul (Silva e Fabris, 2010), a questão da aprendizagem ao longo do curso de graduação (Morchio e Fresquet, 2014) e a relação da educação com o trabalho (Barcena, 2014). Destaca-se ser esse último o único artigo do *corpus* analisado da RBE que aborda a relação entre os jovens e o mundo do trabalho, tão presente no dossiê de 1997.

Essa baixa se dá a despeito da importância das relações dos jovens com o trabalho no Brasil, onde a infância e a juventude não estão de fato alheias ao universo laboral, dimensão crucial para se entender as relações de grande parcela da população brasileira com a escolaridade, como já demonstrado anteriormente pela criação da categoria trabalhador-estudante, por exemplo (Sposito, 1989). Tal cenário é retomado contemporaneamente entre nós, no atual panorama de retrocessos, queda da redução da desigualdade, aumento do desemprego, retração

de direitos e de ameaças a conquistas sociais, em diferentes artigos organizados no dossiê *Juventudes, Educação e Trabalho em Contextos de Mudança Social* publicado pela revista *Linhas Críticas*, cujas organizadoras afirmam:

Entre nós, combinada ou não aos estudos, a atividade de trabalho ou de busca por trabalho, especialmente nas trajetórias de jovens das camadas populares, adquire centralidade como eixo de construção identitária, o que, sem dúvida, tem consequências para os investimentos escolares das famílias e para os significados atribuídos pelos próprios jovens à escolarização. (Corrochano e Jardim, 2016, p. 11)

Uma das características marcantes dessa relação da juventude com o trabalho advém do aumento da renda familiar obtida nos últimos anos, o que permitiu a muitos jovens — sobretudo aos adolescentes — se afastarem do mercado de trabalho dedicando-se somente aos estudos. As eventuais reversões de conquistas frágeis, na atual conjuntura, não significam, no entanto, um mero retorno ao patamar anterior. Trata-se, também, de verificar como os jovens que experimentam essas mudanças conformam suas subjetividades, suas aspirações de reconhecimento e de melhoria das condições de vida. Caberia também investigar os efeitos naqueles já inseridos no mercado de trabalho: como são atingidos pela crise expressa na perda dos seus empregos, nos processos acelerados de precarização e na intensificação e alongamento das jornadas de trabalho (Menezes Filho, 2015).

Além disso, no sentido já apontado anteriormente pelo balanço dos estudos acadêmicos sobre juventude realizados entre os anos de 1999 e 2006, em áreas como Educação, Serviço Social, Sociologia, Ciência Política e Antropologia, indicava-se a incipiência (ou quase ausência) de estudos fora do eixo urbano. Contrariamente a tal diagnóstico, na RBE foi publicado, em 2016, um artigo produzido a partir de pesquisa com jovens universitários de meio rural: *Migração rural-urbana, juventude e ensino superior* (Zago, 2016). Mas ainda é pouco disseminada a pesquisa sobre esse grupo, quer na sua relação com a escola e com o mundo do trabalho ou em outros aspectos da vida cotidiana e de sua participação na esfera pública como atores políticos.

Um aspecto que chama a atenção sobre esse tipo de análise do jovem pelo viés de sua participação em instituições escolares é a presença de pesquisas quantitativas (*surveys* e uso de questionários), além das entrevistas, grupos focais e análise de documentos na dimensão qualitativa. Entre esses estudos quantitativos, identifica-se um novo matiz, decorrente da amplitude que as avaliações externas ganharam na Educação: o uso dos dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), Prova Brasil, Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), entre outras.

Em relação ao primeiro, localiza-se o estudo da desigualdade de desempenho escolar de alunos brasileiros participantes da edição 2000 a partir da noção de capital econômico, social e cultural, como pode se encontrar em *Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman* (Bonamino *et al.*, 2010).

O uso de dados colhidos da Prova Brasil e do ENEM, por exemplo, serviram a Zaia Brandão, Maria Luiza Canedo e Alice Xavier como ponto de partida

para a escolha das quatro escolas públicas (no caso da Prova Brasil) e seis privadas (a partir de dados do ENEM) *de excelência* (com os melhores desempenhos nas avaliações) nas quais realizaram pesquisa acerca da constituição de *habitus escolares* dos respectivos alunos com o intuito de debater a influência familiar no desempenho e na trajetória escolares e debater o chamado *efeito-escola* (Brandão, Canedo e Xavier, 2012). Os estudos sobre trajetórias escolares são marcados sobretudo pelo enfoque aos estudantes oriundos dos chamados meios (ou camadas) populares e às influências familiares sobre os respectivos desempenhos escolares, como ocorre, por exemplo, no artigo de Dília Maria Andrade Glória intitulado “*A escola dos que passam sem saber*”: a prática da não-retenção escolar na narrativa de alunos e familiares (Glória, 2003). Essa ênfase não ocorre somente nas pesquisas sobre alunos da educação básica, mas prossegue também em pesquisas sobre percursos de estudantes de camadas populares no ensino superior (Zago, 2006).

Tal preponderância de objeto de estudo, contudo, é questionada por Maria Alice Nogueira que, embora de modo não exclusivo, se dedicou a partir dos anos 2000 a enfrentar a lacuna da falta de pesquisas sobre as trajetórias de escolarização de alunos provenientes de famílias de camadas altas (ou meios sociais favorecidos) e as estratégias educacionais adotadas por estas, via entrevistas (Nogueira, 2004).

Ainda relacionado ao tema da relação entre posição social e estratificação escolar, um estudo de Marcio Costa e Mariane Campelo Koslinski aborda a expectativa e o sentido da educação escolar para alunos de anos finais do ensino fundamental de escolas públicas e privadas do Rio de Janeiro com diferentes graus de prestígio de ambas as redes por meio do uso de grupos focais com esses jovens (Costa e Koslinski, 2006).

Outra pesquisa, feita acerca da percepção de alunos sobre a ocorrência de situações de indisciplina em sala de aula de escolas públicas do estado de Minas Gerais, dá ênfase a outros fatores, além do nível socioeconômico familiar, pois considera ainda: especificidades do nível de ensino, do sexo, do atraso escolar e proficiência em Língua Portuguesa e Matemática dos alunos, além das práticas pedagógicas dos docentes. Para tanto, utilizou-se na pesquisa dados decorrentes do Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica, no qual os alunos informam dados pessoais, classificam o *clima escolar*, indicam práticas pedagógicas desenvolvidas pela escola e professores e apresentam suas características socioculturais (Silva e Matos, 2014).

Fora esse viés do jovem tomado como aluno/estudante, ainda no âmbito institucional dentro do corolário elencado para a análise encontra-se o artigo *Vidas de jovens: educação não-formal e inserção socioprofissional no subúrbio* (Laranjeira e Teixeira, 2008), sobre a participação de jovens em diferentes projetos situados em uma associação de moradores no subúrbio de Salvador. É interessante notar que nesse caso o jovem é tomado não mais a partir da escola, mas de uma instituição localizada no bairro de sua moradia, algo não muito usual nas pesquisas sobre o tema.

Por outro lado, saindo do âmbito da compreensão dos jovens a partir de sua inserção institucional, há pesquisas sobre os jovens como público alvo de políticas públicas no Brasil (Sposito e Carrano, 2003; Sposito, Carvalho e Silva e Souza, 2006). Uma inquietação surge nesse momento: em que medida o tema das relações

dos jovens com as políticas públicas ocupará o interesse dos pesquisadores, uma vez que o retrocesso político atinge todas as esferas do pacto federativo? Já durante os primeiros anos do século XXI, ocorre um deslocamento do foco da investigação; dos parâmetros voltados para as ações e iniciativas locais, observa-se um forte interesse pelas iniciativas federais. Será possível propor novas perguntas e objetos de pesquisa em conjunturas adversas? Os feixes luminosos obscurecem nossa visão para outros aspectos menos visíveis, mas não menos relevantes, dessa relação dos indivíduos ou coletivos juvenis com as iniciativas governamentais?

A criatividade e a capacidade de ação dos jovens constaram em algumas pesquisas. A perspectiva de estudos sobre as relações entre juventude, estilos juvenis e ações coletivas está presente em alguns artigos e, mais recentemente, surge em alguns estudos acerca dos chamados coletivos juvenis brasileiros e chilenos (Almeida e Moreno, 2009; Zibas, 2008). Uma importante chave de pesquisa sobre juventude diz respeito às chamadas culturas e grupos juvenis. Ela está representada de maneira vultuosa nesse escopo analisado, tanto por parte de estudos brasileiros (Sposito, 2000; Dayrell, 2003; Garbin, 2003), quanto pela presença de pesquisadores estrangeiros (Reguillo, 2003; Pais, 2008).

A abordagem da relação entre a participação em grupos de interesse e de práticas culturais e o engajamento em ações coletivas aparece no artigo de Ana Almeida e Rosângela Moreno sobre a militância de jovens do hip-hop na cidade de Campinas, São Paulo (Almeida e Moreno, 2009). Participação, engajamento, militância, ações coletivas são temas com presença marcante nas pesquisas nos estudos sobre jovens, incluindo a produção recente (Groppi, 2005; Sousa, 2003; Groppi e Sousa, 2011; Brenner, 2011, 2014; Sposito e Tarábola, 2016), como exemplos de possíveis abordagens sobre um tema muito fértil que certamente ainda pode ganhar maior amplitude em outras pesquisas.

Garbin (2003), em *Cultur@s juvenis, indetid@des e Internet*, dedica-se a entender como aspectos do “real” (a aparência física) se transpõem para a dimensão do “virtual” (nas salas de bate-papo) e como se dá a identificação entre as subculturas juvenis sem a materialização física do modo de vestir, de falar, do uso de acessórios, da adoção de comportamentos e gestos, da exibição de itens de consumo, das marcas no corpo, entre outros. Nesse artigo, de 2003, transparecem ainda algumas questões referentes à surpresa com a “novidade” dos usos da Internet por meio da discussão sobre as relações entre as esferas pública e privada (e a exposição “desavergonhada” da intimidade), da discussão sobre a homogeneização cultural, da desterritorialização e seus efeitos, entre outros. As análises são feitas a partir de leitura de conversas em *chats* de músicas, muito frequentados por jovens. Há considerações sobre a peculiaridade do tipo de escrita e suas intenções discursivas (assim como a “novidade” dos *emojicons*), além da problematização acerca da construção intencional de uma identidade por vezes considerada “fictícia” nessas conversas virtuais entre jovens, sobretudo pelas autodescrições.

Essa perspectiva de buscar desajustes ou incongruências entre as chamadas duas formas de vida, a virtual ou a real, pressupõe sem dúvida uma transição no que diz respeito não somente à questão espacial, mas também à temporal: “a passagem de uma cultura analógica, baseada em uma escrita e em um ciclo de vida

regular — contínuo — a uma cultura digital baseada em imagem e em um ciclo vital descontínuo” (Feixa, 2014, p. 77) caracteriza uma geração com acesso universal a novas tecnologias da informação e da comunicação, com erosão de fronteiras identitárias como as de gênero e inserida em um processo de globalização cultural (Feixa, 2014). A chamada geração da rede (ou @) nascida entre 1975 e 1990, crescendo rodeada de aparatos eletrônicos como o vídeo-game e que chegou à juventude entre os anos 1990 e 2000, no momento do *boom* da Internet (e de seu uso pelos emails e pelos *chats*), foi sendo substituída pela geração nascida entre 1985 e 2000, educada plenamente na era digital e cuja juventude se deu por volta dos anos 2000 a 2010, momento de consolidação das redes sociais (Facebook, Twitter etc.) e das plataformas colaborativas (*wikis*). Essa geração da generalização da conectividade móvel, da inteligência coletiva, do conhecimento compartilhado, da hiperconectividade entre os indivíduos, que deixam de ser apenas consumidores e passam também a ser produtores de conteúdo, foi denominada “geração da web social” (ou #) por Carles Feixa, embora o próprio autor reconheça diversas outras alcunhas possíveis a tal grupo, como “geração 2.0”, “geração Google”, “geração Facebook”, “geração Twitter”, “geração WhatsApp”, entre outros. Trata-se não mais de viver um tempo virtual, flexível e com fases de expansão e de contração, mas de um *tempo viral*, de multiplicação exponencial das informações (Feixa, 2014).

Com a expansão dos estudos sobre usos de diferentes dispositivos técnicos e formas de informação e comunicação e as redes que se formam a partir de então, muitos objetos de pesquisas emergiram, levando à procura de paradigmas variados, como alertam os pesquisadores franceses Granjon e Denouël (2011).

Entretanto, ainda são incipientes as pesquisas que adotam diversos paradigmas, ancorados em diferentes campos de estudo e ferramentas específicas a esse novo tempo de uso das redes⁵, como as pesquisas sobre os chamados *top trendings* (os assuntos mais comentados e compartilhados nas redes) ou sobre a produção e circulação de boatos e notícias falsas em redes sociais. Novas questões que necessitam de novos meios de se fazer pesquisa. Lembrando que “redes são estruturas abertas capazes de se expandir de forma ilimitada integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação” (Castells, 1999, p. 566). A investigação sobre esses códigos e o fluxo de sua circulação certamente exigirá um esforço de orientação quantitativa e novas estratégias metodológicas por parte dos pesquisadores.

Além de artigos que remontam à tradição de pesquisas sobre culturas juvenis e seus coletivos, chamam atenção ainda estudos acerca da questão da identidade, como aquele de Cynthia Sarti (1999) a respeito do papel da família contemporânea na formação dos jovens, temática de pesquisa que, a despeito da pertinência histórica de estudos a respeito dos aspectos da individualização e das relações entre os indivíduos no seio familiar (De Singly, 1993, 2000, 2003), não teve muitos frutos entre nós. Estão ainda escassos os estudos de marcadores identitários, como sexua-

5 Entre os artigos da RBE analisados, há um exemplo de forma de tratar a relação entre indivíduos de grupos de jovens italianos de ensino médio em suas redes sociais, mas a partir de modelos matemáticos, algo ainda pouco usual na área (Carbonai e Colvero, 2014).

lidade (Soares e Meyer, 2003; Epstein e Johnson, 2009) e questões étnico-raciais (Gomes, 2002) na intersecção com outras gramáticas que percorrem a subjetividade dos indivíduos e suas demandas de reconhecimento.

Como exemplo poderíamos citar as relações de gênero e sexualidades, uma vez que os estudos sobre juventude pouco consideraram o significativo avanço no debate do tema nas pesquisas desenvolvidas nas Ciências Sociais e na área da Educação. As desigualdades que se declinam entre os jovens e as jovens, as tensões na definição das orientações sexuais apresentam peculiaridades nos vários momentos do percurso de vida. As formas da cultura juvenil sob a ótica do gênero já tiveram sua importância anunciada por alguns pesquisadores, sobretudo diante da invisibilidade das garotas (Weller, 2005). Mas a complexidade desses fenômenos se amplia, pois mesmo no interior das culturas juvenis em que as jovens estão presentes, os modos e modelos de exercício das feminilidades na interação com as várias masculinidades não são os mesmos. As *minas do rock*, o feminismo no interior da cultura hip-hop e o protagonismo das garotas do funk demonstram tal diversidade, por exemplo.

As lacunas nos estudos de gênero também são encontradas nas pesquisas sobre as expressões coletivas e organizações Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT). Como demonstra a pesquisa de Marcelo Daniliauskas (2016), há um forte aspecto geracional demarcando os espaços e as formas de participação e engajamento de pessoas LGBT: enquanto o âmbito mais institucionalizado de sociabilidade e atuação LGBT é marcadamente controlado por adultos (como os que se encontram em partidos, sindicatos, secretarias e outras formas de organização das políticas públicas voltadas ao setor), as organizações *de, para e por* jovens LGBT são muito heterogêneas, adotando estratégias de reconversão do processo de socialização (compulsoriamente heterossexualizada), sobretudo pela via da convivência entre pares.

Por fim, há um tema que remete à clássica concepção dos jovens como agentes da ruptura, um estudo sobre jovens em conflito com a lei (Stecanela e Kuiava, 2012) e estudos a respeito do enfrentamento da violência pelos jovens sob a ótica da exclusão social (Dizerbo, 2012).

O dossiê publicado em 1997 já anunciava algumas temáticas difíceis de serem enfrentadas e tematizadas pela pesquisa, como, por exemplo, o estudo das gangues, da violência praticada por jovens nas brigas entre torcidas de futebol, da adesão a um tipo de consumo cultural que exacerba hierarquias e desigualdades sociais e de gênero. Intriga não só a escassez de estudos pós-anos 1990, mas a ausência de perguntas e de aproximações teóricas renovadas.

Cabe questionar o significado de tais ausências, uma vez que elas ocorrem a despeito de intenso desenvolvimento nos últimos anos nas Ciências Humanas em várias disciplinas nas pesquisas sobre juventude e na abordagem de temas como violência e gênero. Em estudos desenvolvidos por Rossana Reguillo nos últimos 25 anos sobre o tema da violência entre jovens na sociedade mexicana, estabelecendo um adensamento e contribuições da compreensão desses fenômenos, para além de certas chaves interpretativas calcadas na ideia da vitimização ou dos fenômenos da exclusão, haveria, por exemplo, a possibilidade de tecer um instigante diálogo (Reguillo, 2005, 2012).

Além disso, vale destacar as pesquisas desenvolvidas na Antropologia e na Sociologia no Brasil que analisaram, sobretudo por meio de incursões etnográficas, mudanças na configuração das periferias e agrupamentos populares em centros urbanos diante da disseminação do crime organizado, da violência policial e dos programas realizados por instituições sociais que certamente elegeram os jovens como uma de suas prioridades. Feltran (2014) aponta os limites das aproximações realizadas por analistas em relação ao estudo dos grupos populares: de um lado a exagerada agregação analítica presente nas categorias pobreza, periferia, entre outras, que reúne tipos humanos extremamente diversos, e de outro a eleição de um aspecto — o consumidor de crack, o membro do PCC, famílias endividadadas — como representação do todo.

Para esse autor, essas orientações obscurecem a compreensão dos regimes que organizam as práticas cotidianas dos moradores dessas localidades. As perspectivas de vida de cada um, seus pertencimentos territoriais, familiares e religiosos, seus códigos de conduta e os programas sociais que chegam até eles, vindos de organizações não governamentais (ONGs), governos ou igrejas, bem como os tipos de inscrição nos mercados e os modos como a “violência urbana” toca suas vidas, sendo por eles administrada, são muito divergentes. Segundo Feltran (2014, p. 498):

a emergência de um repertório de regimes normativos nas periferias urbanas — estatal, do “crime” e religioso — provocou também a monetarização que passa a mediar centralmente a relação entre os grupos recortados, que, sob outras perspectivas mediadoras — a lei, a ordem, a moral — estariam em alteridade radical; o “desenvolvimento” centrado no consumo, portanto, é alçado a forma de vida comum. Um trabalhador não se confunde moralmente com um bandido, tampouco um policial tem a mesma posição frente à lei, se comparado a um traficante; ambos, entretanto, têm posições relativas muito próximas frente aos mercados de consumo. Como o dinheiro circula indiferenciadamente por mercados legais, ilegais ou ilícitos, isso, também a expansão mercantil conecta esses sujeitos [...].

Há outros exemplos de pesquisas voltadas a dar voz aos jovens moradores de favelas cariocas. Seja a partir de etnografia e entrevistas (Tommasi e Velazco, 2016), seja por meio da realização de *surveys*, entrevistas e grupos focais (Abramovay e Castro, 2015), emergem dos estudos sobre o impacto da instalação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) na vida de jovens, narrativas que se chocam contra imagens, discursos e representações identitárias e territoriais construídas de modo essencializado e homogeneizante.

No primeiro estudo, chama a atenção que a passagem de “membros das classes perigosas” a “empreendedores criativos” dos jovens que passam a frequentar um projeto de ONG que incentiva o *empreendedorismo social* em suas comunidades a partir da instalação da UPP na Cidade de Deus deixa escapar muitos tons de cinza entre as representações dicotômicas, além do total encobrimento dos sentimentos, desafios e aspirações dos jovens em meio a imagens de sucesso e de celebração de uma “potência” que não se realiza facilmente na prática, devido a restrições finan-

ceiras, concorrência, dificuldade de acesso a informações (como “tirar um CNPJ”) entre outros, que tanto dificultam a realização do projeto sonhado (Tommasi e Velazco, 2016).

No segundo trabalho, a percepção dos jovens sobre as mudanças de suas vidas e de suas comunidades após a instalação de UPPs ao mesmo tempo em que enfatiza a continuidade da violência, indica algumas contradições e vários sentidos de sua presença em suas vidas (Abramovay e Castro, 2015).

CONVERGÊNCIAS E SOMBRAS

Os embates travados na esfera pública, sobretudo a partir dos anos 1990, implicaram disputas em torno da crítica dos significados socialmente construídos sobre os jovens brasileiros, considerados como violentos, hedonistas, consumistas ou, em comparação com seus pares da geração de 1968, incapazes de ocupar espaços público-políticos como atores coletivos (Abramo, 1997). Permaneciam à sombra outras modalidades e nuances que caracterizavam a condição juvenil pela sua forte inserção no mundo do trabalho, sua capacidade de expressão coletiva por meio da produção cultural e a violência sofrida pelos jovens, sobretudo aqueles moradores da periferia dos centros urbanos, negros e pobres. Esse embate, travado também pelos pesquisadores, favoreceu a emergência de novos temas e pesquisas. Mas, após 20 anos, é forçoso reconhecer que outras possibilidades permaneceram submersas, menos luminosas, diante dos limites possíveis de um campo ainda incipiente de pesquisas.

O diálogo com a produção internacional, tendo como exemplos na revista os artigos de Rossana Reguillo e José Machado Pais, evidencia uma profícua troca: abriu horizontes investigativos e nos obrigou a procurar, ao mesmo tempo, um ponto de partida peculiar, evitando, assim, apenas o mimetismo do que foi produzido alhures. Buscou-se — e ainda se busca — um campo de estudos sociológicos sobre juventude na tradição de uma Sociologia enraizada (Martins, 1998).

A importância das análises que envolveram as relações entre jovens e a escolaridade é inegável, uma vez que exigiram um olhar sobre nossas singularidades. A expansão tardia da escolaridade implicou o diálogo crítico com a instigante afirmação de Emilio Fanfani (2000): a escola faz juventude (Sposito, 2005; Dayrell, 2007). O trabalho precoce de jovens, o ensino noturno como forma possível de acesso ao ensino público e a recente expansão do ensino superior público e privado foram algumas expressões de nossas singularidades. As precárias condições de vida e as desigualdades estruturais persistentes (Tilly, 2000) não reservaram à maioria dos jovens a possibilidade da moratória. Na diáde escola-trabalho, concomitância, alternância e intermitência (Madeira, 1986) foram categorias importantes capazes de situar as condições de vida de ampla maioria da população juvenil brasileira. Fomos, assim, instigados a rever, de modo crítico, alguns conceitos básicos da Sociologia da Juventude na produção internacional como os de moratória, transição escola e trabalho, entre outros.

Essas orientações permitiram, de algum modo, responder à célebre provocação de Pierre Bourdieu (1980): “a juventude é apenas uma palavra”. Por essas razões, grande parte dos estudos empreendidos optou pelo emprego da expressão “juventudes” para configurar desigualdades e diversidades entre os jovens.

Um dos desafios atuais consiste em tornar mais complexa a compreensão das diferenças existentes no interior dos tempos configurados como juvenis. O reconhecimento dos limites e do valor heurístico dos marcos demográficos implica em estudar os momentos desse período, caracterizado pela faixa etária de 15 a 29 anos, a partir das suas singularidades. Desafios comuns se declinam de modos diversos entre os adolescentes (15 a 17 anos), daqueles que são mais velhos (18 a 24 anos) ou do grupo que está mais fortemente próximo da vida adulta (25 a 29 anos). Os constrangimentos sociais e as iniciativas ou *agency* de jovens — moradores nas cidades ou no campo — que afetam os percursos escolares, as possibilidades de inserção no mundo do trabalho, a vida familiar e afetiva, as relações de gênero, orientações sexuais, a experiência da discriminação racial, vida coletiva, consumo, lazer e tempo livre compõem um caleidoscópio que se movimenta e produz arranjos diferentes nesses momentos do percurso de vida (Abramo, 2016; Sposito, Souza e Arantes e Silva, 2017).

A constituição de subjetividades, as formas plurais de socialização e os processos de individuação constituem, atualmente, aproximações teóricas diversas, mas importantes, para a constituição de novas perguntas de pesquisa e produção de conhecimentos no interior dos estudos sobre juventude.

É possível interrogar a nós mesmos na condição de pesquisadores não somente pelo que foi realizado, mas também pelos nossos silêncios, sobre o que vimos apenas como sombra, como irrelevante, e que permaneceu obscurecido. Nesse movimento, estão pressupostos o olhar que busca os silêncios e algumas surpresas: pensar em novas difrações que poderão propiciar outras perguntas e objetos a serem investigados, reconhecendo, como sempre, que se trata de uma tarefa a ser empreendida por muitos.

A sociedade brasileira vive ainda as formas hierárquicas e não igualitárias que articulam o laço social, ao lado de incipientes movimentos democratizantes que buscam maior horizontalidade nas interações e relações sociais. Essas características estruturantes das relações sociais, em permanente tensão, difratam-se em todos os tempos e espaços que afetam as dimensões pública e privada da vida dos jovens.

Diante desse quadro de algumas convergências e aspectos mais obscurecidos, que permaneceram submersos e menos iluminados, a dialética entre o engajamento e o distanciamento analisada por Norbert Elias (1993) pode nos ajudar a compreender e a refletir sobre nós mesmos como pesquisadores.

Roger Chartier, apresentando o trabalho de Elias, indica que esse sociólogo apresenta a tarefa própria à Sociologia do conhecimento: apontar como os pertencimentos, as posições, os interesses de uns e de outros organizam não somente as tomadas de posição ideológica declaradas, mas também — o que é mais interessante — as práticas científicas, as mais neutras e as decisões mais técnicas: as escolhas e a “decupagem” dos objetos, o modo de constituição e tratamento dos dados, as formas de demonstração (Chartier, 1993, p. IV).

O engajamento é inevitável no campo das Ciências Humanas e Sociais; para Elias, é a participação e o engajamento dos intelectuais que condiciona sua inteligência em direção aos problemas que devem resolver na qualidade de investigadores (Elias, 1993). Mas, exatamente por essas condições, Elias aponta a necessidade do

desvio pelo distanciamento oferecido pelo saber como a única salvaguarda possível para a pesquisa, sobretudo diante da pressão exercida pelos problemas sociais imediatos e de processos mais complexos (Elias, 1993, p. 25).

A LUTA DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO NOS ANOS 2015 E 2016: UMA NOVA DIFRAÇÃO NOS ESTUDOS SOBRE OS JOVENS?

Se a metáfora da difração nos ajuda a abrir novas perspectivas, poderíamos supor que os recentes conflitos e ocupações de escolas públicas protagonizados por estudantes do ensino médio seriam um novo ponto a partir do qual raios de cores e intensidades diversas se declinam e podem produzir novos caminhos para o campo de estudos sobre os jovens brasileiros. Não se trata, no entanto, de possibilidades advindas de textos escritos, mas de situações vividas recentemente, expressões de processos sociais inconclusos, tornando essa tarefa mais desafiadora.

Os eventos que rapidamente se espalharam em cidades de vários estados brasileiros caracterizaram aquilo que Lucio Kowarick denominou como *momentos de fusão* nos anos 1970, devido ao acirramento das mobilizações contra o regime ditatorial instalado em 1964 (Kowarick, 2000). Nesses momentos, os conflitos sociais se tornam visíveis e explicitam de modo intenso a confluência de demandas e protestos, sem excluir a complexidade provocada por essa conflitividade.

A visibilidade e a intensidade dos protestos e a disseminação rápida das ocupações estudantis podem ter provocado alguma surpresa, ou mesmo perplexidade, diante dessa forte capacidade de resistência apresentada por atores até então considerados irrelevantes ou ausentes da cena pública política. A importância desse conflito foi percebida pela produção acadêmica, pelos professores e intelectuais engajados que, ainda no calor dos acontecimentos, buscaram registrar e documentar as mais variadas formas da organização estudantil. Esforços iniciais de análise foram realizados e condensados em importantes publicações recentes, como foi o caso do dossiê sobre as peculiaridades do ensino médio contemporâneo e os jovens (Carrano, 2016), da publicação de dois dossiês sobre o socialização política (Tomizaki, Silva, Carvalho-Silva, 2016) e resistência estudantil (Moraes e Ximenes, 2016) reunidos na *Revista Educação e Sociedade* em fins de 2016, do boletim editado pela ANPED com vários artigos e vídeos (Boletim ANPED, 2016) e do rico trabalho de documentação e acompanhamento das mobilizações, consolidado no livro *Escolas de luta* (Campos, Medeiros e Ribeiro, 2016), entre outros.

O conjunto de questões e de perguntas que esses conflitos trouxeram exigirá uma empreitada coletiva de investigação que possa dar conta da complexidade diante dos inúmeros raios de luz que esse ponto inicial pode ter provocado.

Por outro lado, se esse movimento distribui feixes luminosos variados que se desdobrarão em novas temáticas e produção de conhecimentos, não é possível desconhecer a necessidade de buscar uma perspectiva histórica mais adensada que nos remeta a processos anteriores, decorrentes da expansão da escolaridade iniciada nos anos 1950, sobretudo nos centros urbanos do Brasil.

O desejo de alongamento da escolaridade a partir desses anos aparece, sobretudo para os setores populares urbanos, como uma recusa da condição subalterna que lhes fora reservada pela dualidade do ensino durante os anos 1940, na Era Vargas: às elites, a formação secundária e acadêmica — consolidada no antigo curso ginasial; e, ao povo, o ensino breve e profissionalizante. Como dizia Anísio Teixeira, o povo recusou a oferta educativa e o lugar subalterno a ele reservados, buscando — por que não? — ser também elite (Teixeira, 1954). Desse movimento de unificação dos desenhos do sistema de ensino marcado pelas pressões populares, surge a escola de primeiro grau, depois denominada ensino fundamental (Sposito, 2002b, 2010; Campos, 1983, 1985, 1991; Cunha Campos, 2002).

As pressões pelo alongamento da escolaridade iniciadas nos anos 1980 continuaram a ocorrer, ao menos em alguns centros urbanos, intensificando-se na década posterior, até atingir o ensino médio (Corti, 2015). Já nos anos 1980, parte das elite política e alguns intelectuais julgavam descabidos o desejo e a demanda de acesso ao ensino médio de jovens oriundos dos segmentos populares, uma vez que estariam dirigidos somente ao ingresso e não estariam sensibilizados pela melhoria da qualidade do ensino, esta sim a questão eleita como prioritária.

Nos movimentos por educação, observados por exemplo na periferia da cidade de São Paulo nos anos 1980, a luta pela expansão do então ensino de segundo grau ocupou lugar importante. Ainda naquela conjuntura, as críticas ao viés expansionista das demandas populares se faziam presente e foram contrapostas por esses movimentos. Como afirmou uma jovem moradora da zona leste: “como poderíamos lutar pela qualidade daquilo que não existe em nossa vida?”.

A aparente imobilidade, inércia ou passividade dos novos estudantes de algum modo obscureceu uma perspectiva importante: as alterações no acesso ao sistema de ensino foram produto e, ao mesmo tempo, produziram realidades diversas e novos sujeitos exprimiriam suas demandas e embates.

No interior dessa brevíssima retrospectiva, seria importante acrescentar outras questões emergentes do passado recente: como integrar nas análises os efeitos múltiplos das manifestações de junho de 2013? Elas revelaram insatisfações, politizaram o espaço público, evidenciaram novos recursos relacionados às tecnologias de informação e comunicação (TICs), mas não foram unívocas em suas demandas e propostas (Bucci, 2016; Bringel, 2013; Bringel e Pleyer, 2015) e gestaram modalidades diversas de agregação em torno de demandas contrastantes. Inicialmente, sob a liderança do Movimento Passe Livre, marcado por múltiplos e tensos desdobramentos após esses eventos, as mobilizações favoreceram a emergência de coletivos ainda pouco investigados, como os *Black Blocs* e o uso da violência como tática ou linguagem performática (Dupuis-Deri, 2014; Bucci, 2016), além do recém-criado Movimento Brasil Livre, defensor de um estrito liberalismo nas relações entre Estado, mercado e sociedade. Como afirmam Breno Bringel e Geoffrey Pleyrer (2015), as mobilizações de 2013 significaram uma reconfiguração da contestação e, ao mesmo tempo, um novo tipo de engajamento marcado pela dimensão subjetiva e pessoal, cujos efeitos só poderão ser melhor ponderados a partir de perspectivas de médio e longo prazo. Mas se os estudos sobre os movimentos dos secundaristas indicam o quanto os estudantes apontaram as Jornadas de Junho como importantes,

ainda permanece a atualidade da questão: como e em que aspectos os estudantes mobilizados reiteram a importância dessas manifestações?

Do mesmo modo, reconhecida a importância do compartilhamento da experiência das lutas estudantis de anos anteriores observadas no Chile e na Argentina, traduzida na incorporação e difusão do documento sobre as ocupações como estratégias de luta dos secundaristas brasileiros, não é possível desconsiderar que houve uma “apropriação ativa e autoral dos estudantes” (Corti, Corrochano e Silva, 2016, p. 1171).

Pouco sabemos sobre os protagonistas das lutas, seus perfis, trajetórias escolares e formas de engajamento. Reconhece-se que grande parte foi constituída por adolescentes, com menos de 18 anos, que apresentaram uma disponibilidade para a luta também porque estavam afastados do mundo do trabalho (Corti, Corrochano e Silva, 2016). Mas existe também um conjunto de jovens mobilizados que frequentavam os cursos noturnos e exerciam intensas jornadas de atividades ocupacionais (Catini e Mello, 2016).

Um dos aspectos que merece a atenção incide sobre um aparente paradoxo: por que fazer a defesa tão intensa, capaz de desencadear um vasto conflito, de uma escola desinteressante, autoritária, precária e insatisfatória? Os estudos sobre as relações entre os jovens e a escola revelam há décadas os desencontros entre as expectativas de jovens e o que lhes é efetivamente ofertado no ensino público (Dayrell, 2002, 2007, 2009; Carrano, 2016).

No entanto, escolas constituem um território pleno de significados que não se limita aos aspectos administrativos e pedagógicos formais, em geral contabilizados pelos gestores. As unidades constituem um lugar de múltiplas relações, que ultrapassam a esfera dos processos de ensino e aprendizagem. Vários estudos apontaram a importância do espaço escolar e a sociabilidade nele desenvolvida: o lugar dos amigos e do aprendizado das relações entre iguais, das brincadeiras, gozações, das trocas afetivas, das disputas e da indisciplina coletiva.

Essas práticas vividas pelos estudantes de algum modo se opunham ao que era valorizado pelos professores, gestores e técnicos. Ocorre que essa sociabilidade — lugar de encontro com suas ambiguidades e de conflitos cotidianos — pode ter constituído suporte importante para desencadear o conflito social. A importância da dimensão territorial na análise dos conflitos é apontada com muita clareza por Eduardo Girotto (2016). O território, que apresenta sua faceta degradada (Peregrino, 2010) pelas condições em que ocorreu e ainda ocorre a oferta do ensino público, é o “lugar” dos pertencimentos, da possibilidade da descoberta dos amigos e dos afetos, de se tecer os (des)encontros e perspectivas de vida. Como afirma Jean Jacques Schaller trata-se de um lugar-aprendente⁶, que supera a sua dimensão apenas pedagógica, considerando também as redes de conhecimento (saberes e experiências) que circulam e se ligam num dado território:

6 A expressão “lugar” é aqui utilizada a partir das reflexões empreendidas por Henri Lefebvre (1974) sobre o espaço, os territórios e os lugares na emergência de outros modos de organização da vida coletiva (Magnaghi, 2003) e Schaller (2008).

7 Trata-se de uma tradução aproximada da expressão francesa “*lieu-apprenant*”.

Os lugares são, portanto, tomadas nas redes de interesses e de experiências que nele manifestam os sujeitos. Os indivíduos transformam o seu entorno e essas transformações afetam o que eles são e o que fazem. Como um lugar pode ser um espaço onde a gente se constitui, um lugar-aprendente? (Schaller, 2008, p. 79)

Dentre os modos como jovens concebem a vida escolar, o papel das trocas afetivas, o pertencimento e o reconhecimento aparecem nos depoimentos de estudantes de São Paulo, traduzidos, por exemplo, na ideia de família, não aquela de sangue mas uma família eleita e escolhida: “Mano, lá é nossa casa...nosso lar...eu amo até as tias da cantina...e tipo não dá pra sair assim do nada sem mais nem menos...não dá pra esquecer sua casa... seu lar e toda aquela família... não são de sangue e sim de coração” (Campos, Medeiros e Ribeiro, 2016, p. 33).

As políticas públicas, como aquelas observadas no estado de São Paulo, que decretaram o remanejamento e a *reorganização escolar*, retiraram de modo autoritário os sujeitos dos seus territórios, do *locus* onde se desenvolvia o laço social e a sociabilidade, os seus pertencimentos e os micro-conflitos. A multiplicidade de demandas espalhadas rapidamente em vários estados brasileiros exprimiu várias recusas: a recusa de uma base material precária predominante nos estabelecimentos escolares (falta de manutenção, ausência de espaços adequados, padrões inexistentes de limpeza e conservação, entre outros); a recusa da falta de merenda escolar ou da sua oferta como migalhas que aviltam a dignidade da vida desses alunos; a recusa de relações hierárquicas e autoritárias previstas nos modelos de gestão policial, observados em alguns estados e em grande parte das escolas.

Os movimentos de resistência, expressão eleita para nomear as mobilizações dos estudantes, devem impor aos pesquisadores a necessidade de busca de novos léxicos que iluminem a complexidade desses conflitos, palavras de passagem como afirmou Alberto Melucci (1994). Muitos jovens quiseram marcar o *direito à existência* para revelar as cores agudas que constituem o cotidiano de sua vida escolar, sua experiência pessoal e sua singularidade. Os modos e a intensidade dos engajamentos revelam experiências dissimiles, unificadas nos momentos de visibilidade, mas presentes em sua diversidade no dia a dia da vida escolar. Evidenciaram não só a capacidade de resistir, mas o *poder de agir* (Schaller, 2017), porque foram propositivos no que recusaram, exercitaram a imaginação e inovaram na forma como elegeram os meios para expressar suas mobilizações e conflitos.

A diversidade, a disputa pela palavra e a heterogeneidade das respostas devem estar presentes na nossa capacidade de análise porque as mobilizações desses jovens são reveladoras das mudanças observadas na ação coletiva contemporânea pela formação das redes conflitivas a partir do que se denominaram como os novos movimentos sociais (Melucci, 2001) e pelo advento e uso das TICs. Tensões, divergências e as resistências às organizações estudantis tradicionais seriam, assim, expressões típicas de um campo de interações e relações sociais que repõe cotidianamente os embates na construção democrática da ação coletiva. Mas se a pesquisa se voltar apenas para aqueles que protagonizaram as lutas por meio das ocupações, mesmo que consideradas em sua diversidade e complexidade, certamente poderá ofuscar outras questões, igualmente reveladoras. Como foram afetados por essa con-

flitividade os processos de individuação e as subjetividades desses jovens, tendo em vista a existência de graus variados de adesão? Como lidaram com as mobilizações os alunos que não aderiram aos movimentos no interior de uma escola ocupada?

Um estudo instigante desenvolvido no doutorado de Patricia Gil (2016) revela como o cotidiano escolar foi profundamente afetado pelas ocupações em uma unidade de ensino que não seria objeto de qualquer ação governamental em São Paulo. Os debates estabelecidos entre os alunos, suas ambiguidades e tensões revelaram as múltiplas faces do que a autora propõe como o desafio para o estabelecimento de uma esfera de *comunicação pública nas escolas*, que permita o aparecimento de vozes múltiplas e o exercício do direito à fala e à escuta, mesmo quando as posições são contrastantes (Gil, 2016).

Os momentos de visibilidade não são permanentes e se alternam com a latência e as práticas submersas (Melucci, 2001), as modalidades da ação coletiva se diversificam, a forma dos engajamentos se altera, os jovens que aderem às lutas não são semelhantes aos de gerações anteriores e revelam nesse processo elementos importantes de suas subjetividades e singularidades.

Na difração de raios com menor intensidade de luz — as práticas cotidianas e submersas — pode residir um dos grandes desafios para a pesquisa, um caminho possível dentre outros tantos.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5/6, maio/ago. 1997.

_____. Identidades juvenis: estudo, trabalho e conjugalidade em trajetórias reversíveis. In: NOVAES, R. et al. *Agenda juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças*. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2016. p. 19-60.

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. Juventudes, violências e o Estado: Jovens em territórios com o programa Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro. *Dilemas*, v. 1, p. 17-41, 2015.

ALMEIDA, A. M. F.; ERNICA, M. Inclusão e segmentação social no Ensino Superior público no estado de São Paulo. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 36, n. 130, jan.-mar. 2015.

ALMEIDA, A. M. F.; MORENO, R. C. O engajamento político dos jovens no movimento hip-hop. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 130-142, abr. 2009.

ALMEIDA, W. M. *ProUni e o ensino superior privado lucrativo em São Paulo: uma análise sociológica*. São Paulo: Musa/FAPESP, 2014.

ARAUJO, K.; MARTUCCELLI, D. La individuación y el trabajo de los individuos. *Educación e Pesquisa*, São Paulo, v. 36, número especial, abr. 2010.

BARCENA, F. ¿Una puerta cerrada? Sobre la educación y la corrupción pedagógica de la juventud. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 57, p. 441-460, abr.-jun. 2014.

BOLETIM ANPED. *Resistências*, Niterói, ano V, n. 22, agosto de 2016. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/boletim/22/2016/08>>. Acesso: maio 2015.

BONAMINO, A. *et al.* Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, p. 487-594, set./dez. 2010.

BOURDIEU, P. La jeunesse n'est qu'un mot. In: _____. *Questions de sociologie*. Paris: Minuit, 1980.

BRANDÃO, Z.; CANEDO, M. L.; XAVIER, A. Construção solidária do *habitus* escolar: resultados de uma investigação nos setores público e privado. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 49, p. 193-218, abr. 2012.

BRENNER, A. K. *Militância de jovens em partidos políticos: um estudo de caso com universitários*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

_____. Experiência militante e repercussões em outras esferas da vida: jovens engajados em partidos políticos. *Revista NUPEM*, Campo Mourão, v. 6, n. 10, p. 79-93, jan./jun. 2014.

BRINGEL, B. Sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013. *As jornadas de junho em perspectiva global*, Rio de Janeiro, 2013.

BRINGEL, B.; PLEYER, G. Les Mobilisations de 2013 au Brésil: vers une reconfiguration de la contestation. *Brésil Sciences humaines et sociales*, v. 7, 2015.

BUCCI, E. *A forma bruta dos protestos*: das manifestações de junho de 2013 à queda de Dilma Rousseff em 2016. São Paulo: Cia. das Letras, 2016.

CAMPOS, A.; MEDEIROS, J.; RIBEIRO, M. *Escolas de luta*. São Paulo: Veneta, 2016.

CAMPOS, M. M. As lutas sociais e a educação. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 79, nov. 1991.

_____. Escola e participação popular. In: MADEIRA, F. R.; MELLO, G. N. de (Orgs.). *Educação na América Latina*. São Paulo: Cortez, 1985.

_____. *Escola e participação popular: a luta por educação em dois bairros de São Paulo*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983. 2 v.

CARBONAI, D.; COLVERO, R. B. Papéis sociais no Ensino Médio: uma análise baseada na teoria das redes. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 58, p. 671-689, jul.-set. 2014.

CARRANO, P. C. Apresentação Dossiê Ensino Médio e Juventudes. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 41, n. 1, jan./mar. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362016000100007&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: maio 2015.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CATINI, C. R.; MELLO, G. M. C. Escolas de luta, educação política. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1177-1202, out.-dez. 2016.

CHARTIER, R. Préface. In: ELIAS, N. Engagement et distanciation. *Contributions à la sociologie de la connaissance*. Paris: Fayard, 1993.

CORROCHANO, M. C.; JARDIM, F. A. A. (Orgs.). Dossiê: Juventudes, Educação e Trabalho. *Linhas Críticas*, Brasília, v. 22, n. 47, jan./abr. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/issue/view/1383>>. Acesso em: maio 2017.

CORTI, A. P. O. *À deriva: um estudo sobre a expansão do ensino médio no estado de São Paulo (1991-2003)*. 300 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CORTI, A. P. O.; CORROCHANO, M. C., SILVA, J. A. “Ocupar e resistir”: a insurreição dos estudantes paulistas. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1159-1176, out.-dez. 2016.

COSTA, M.; KOSLINSKI, M. C. Entre o mérito e a sorte: escola, presente e futuro na visão de estudantes do ensino fundamental do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, p. 133-154, abr. 2006.

CUNHA CAMPOS, R. *A luta dos trabalhadores pela escola*. São Paulo: Loyola, 2002.

DANILIAUSKAS, M. *Não se nasce militante, torna-se: processo de engajamento de jovens LGBT – panorama histórico na cidade de São Paulo e cenário atual em Paris*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

DAYRELL, J. A escola faz as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, p. 1105-1128, 2007.

_____. Juventude e escola. In: SPOSITO, M. P. (Coord.). *Juventude e escolarização (1980-1995)*. Brasília: MEC/INEP/Comped, 2002. p. 67-94. (Série Estado do Conhecimento).

_____. Juventude e escola. In: SPOSITO, M. P. (Org.). *O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009. p. 57-126.

_____. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, 2003.

DE SINGLY, F. *Les uns avec les autres: quand l'individualisme crée du lien*. Paris: Armand Colin, 2003.

_____. *Libres ensemble: l'individualisme dans la vie commune*. Paris: Nathan, 2000.

_____. *Sociologie de la famille contemporaine*. Paris: Nathan, 1993.

DE TOMMASI, L.; VELAZCO, D. J. A. O governo dos jovens e as favelas cariocas. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 9, p. 531-556, 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7737/6968>>.

DIZERBO, Anne. Experiências escolares e dispositivo de biografização: rumo à construção de competências biográficas. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 51, p. 537-550, dez. 2012.

DUPUIS-DÉRI, F. *Black Blocs*. São Paulo: Veneta, 2014.

ELIAS, N. *Engagement et distanciation: contributions à la sociologie de la connaissance*. Paris, Fayard, 1993.

EPSTEIN, D.; JOHNSON, R. Jovens produzindo identidades sexuais. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 83-92, abr. 2009.

FACHINI, R. Não faz mal pensar que não se está só: estilo, produção cultural e feminismo entre as minas do rock em São Paulo. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 36, p. 117-153, jan.-jun. 2011.

- FANFANI, E. Culturas jovens e cultura escolar. In: Seminário Escola Jovem: Um Novo Olhar Sobre o Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, 2000.
- FEIXA, C. *De la generación@ a la #generación: la juventud en la era digital*. Barcelona: NED, 2014.
- FELTRAN, G. de S. O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 72, p. 495-512, set./dez. 2014.
- FORACCHI, M. M. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo, Livraria Pioneira. 1972.
- _____. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.
- GARBIN, E. M. Cultur@s juvenis, indentid@des e Internet: questões atuais. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 119-135, maio-agosto. 2003.
- GIL, P. G. *Tamo junto: o argumento estudantil e sua gramática em uma arena de conflitos*. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- GIROTTO, E. D. A dimensão espacial da escola pública: leituras sobre a reorganização da rede estadual de São Paulo. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1121-1141, out.-dez. 2016.
- GLÓRIA, D. M. A. A “escola dos que passam sem saber”: a prática da não-retenção escolar na narrativa de alunos e familiares. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 61-76, jan.-abr. 2003.
- GOMES, N. L. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural? *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 40-51, dez. 2002.
- GRANJON, F.; DENOUEL, J. Penser les usages sociaux des technologies numériques d'information et de communication. In: GRANJON, F.; DENOUEL, J. (Orgs.). *Communiquer à l'ère numérique: regards croisés sur la sociologie des usages*. Paris: Presses des Mines, 2011. p. 7-43. Disponível em: <<https://cemticritic.eu/wp-content/uploads/2014/10/Granjon-Denouel2011-Penser-les-usages-sociaux-des-TNIC.pdf>>. Acesso em: maio 2017.
- GROPPA, L. A. *Uma onda mundial de revoltas: movimentos estudantis de 1968*. Piracicaba: Editora da UNIMEP, 2005.
- GROPPA, L. A.; SOUSA, J. T. P. (Orgs.). *Dilemas e contestações das juventudes no Brasil e no mundo*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.
- HENRIQUES, R.; NOVAES, R. R. Apresentação. In: FAVERO, O. et al. (Orgs.). *Juventude e contemporaneidade*. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=648-vol16juvcont-clet-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: maio 2017.
- KOWARICK, L. *Escritos Urbanos*. São Paulo: 34, 2000.
- LARANJEIRA, D. H. P.; TEIXEIRA, A. M. F. Vida de jovens: educação não-formal e inserção socioprofissional no subúrbio. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 22-34, abr. 2008.
- LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974.

- MADEIRA, F. R. Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 58, p. 15-48, ago. 1986.
- MAGNAGHI, A. *Le projet local*. Sprimont: Architecture, Recherche, Mardaga, 2003.
- MARTINS, J. de S. *Florestan: Sociologia e Consciência Social no Brasil*. São Paulo, EDUSP/FAPESP, 1998.
- MARTUCCELLI, D. *Cambio de rumbo*. Santiago: LOM, 2007.
- MELUCCI, A. *A invenção do presente*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.
- _____. *Passaggio d'epoca*. Milão: Feltrinelli, 1994.
- MENEZES FILHO, N. *Renda dos pais e trabalho dos jovens*. 2015. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/opiniaio/3917642/renda-dos-pais-e-trabalho-dos-jovens>>. Acesso em: 16 fev.2015.
- MILLS, C. W. *A imaginação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- MORAES, C. S. V.; XIMENES, S. B. Políticas educacionais e a resistência estudantil. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1079-1087, dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0101-733020160004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: maio 2015.
- MORCHIO, I. L.; FRESQUET, A. M. Aprender en la universidad: análisis de aspectos que lo condicionan desde la perspectiva de profesores y alumnos de la Universidad Nacional de Cuyo (UNCuyo/Argentina) y de la Universidad Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/Brasil). *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 58, p. 691-712, jul./set. 2014.
- NEVES, P. S. C.; LIMA, M. E. Percepções de justiça social e atitudes de estudantes pré-vestibulandos e universitários sobre as cotas para negros e pardos nas universidades públicas. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 17-38, abr. 2007.
- NOGUEIRA, M. A. Favorecimento econômico e excelência escolar: um mito em questão. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 26, p. 133-144, ago. 2004.
- OLIVEIRA, C. B. Jovens deficientes na universidade: experiências de acessibilidade. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 55, p. 961-984, dez. 2013.
- PAIS, J. M. Máscaras, jovens e “escolas do diabo”. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 7-21, jan./abr. 2008.
- PERALVA, A; SPOSITO, M. Editorial. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5/6, maio-dez. 1997.
- PEREGRINO, M. *Trajetórias desiguais: um estudo sobre os processos de escolarização pública de jovens pobres*. Rio de Janeiro: Garamond, FAPERJ, 2010.
- PIERELLA, M. P. La autoridad de los profesores desde la perspectiva estudiantil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 59, p. 893-912, out./dez. 2014.
- REGUILLO, R. De las violencias: caligrafía y gramática del horror. *Desacatos*, n. 40, set. -dez. 2012.
- _____. La mara: contingencia y afiliación con el exceso. *Nueva Sociedad*, 2005.
- _____. Las culturas juveniles: un campo de estudio; breve agenda para la discusión. *Revista Brasileira de Educação*. n. 23, p. 103-118, 2003.
- SARTI, C. A. Família e jovens: no horizonte das ações. *Revista Brasileira de Educação*. n. 11, p. 99-109, maio-ago. 1999.

SCHALLER, J.-J. Lugares aprendentes e inteligência coletiva: rumo à constituição de um mundo comum *In*: PASSEGGI, M. C.; SOUZA, E. (Orgs.). *(Auto)Biografia: formação, territórios e saberes*. Natal: EdUFRN; São Paulo: Paulus, 2008.

SCHALLER, J.-J. Pouvoir d'usage, pouvoir d'agir, puissance d'agir ; vers le sujet politique. *In*: GALVAO, I. (Dir.). *Le pouvoir d'agir des habitants: arts de faire, arts de vivre*. Paris: l'Harmattan, 2017. (no prelo).

SICUTERI, R. *Lilith: a lua negra*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SILVA, L. C.; MATOS, D. A. S. As percepções dos estudantes mineiros sobre a incidência de comportamentos de indisciplina em sala de aula: um estudo baseado nos dados do SIMAVE/PROEB 2007. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 58, p. 713-729, set. 2014.

SILVA, R. R. D.; FABRIS, E. T. H. O jogo produtivo da educabilidade/governamentalidade na constituição de sujeitos universitários. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, p. 352-363, maio/ago. 2010.

SOARES, R. F. R.; MEYER, D. E. E. O que se pode aprender com a "MTV de papel" sobre juventude e sexualidade contemporâneas? *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 136-148, maio/ago. 2003.

SOUSA, J. T. P. As insurgências juvenis e as novas narrativas políticas contra o instituído. *Cadernos de Pesquisa*, Florianópolis, n. 32, fev. 2003.

Sposito, M. P. A ilusão fecunda: a luta por educação nos movimentos populares. São Paulo: Hucitec, 2010.

_____. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude escola no Brasil. *In*: ABRAMO, H.; BRANCO, P.P.M. (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 87-128.

_____. Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 13, p. 73-94, jan.-abr. 2000.

_____. (Coord.). *Juventude e escolarização (1980-1995)*. Brasília: MEC/INEP/Comped, 2002a. n. 7. (Série Estado do Conhecimento).

_____. (Org.). *O Estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009.

_____. *O povo vai à escola*. São Paulo: Loyola, 2002b.

_____. (Coord.). *O trabalhador estudante, um perfil do aluno do curso superior noturno*. São Paulo: Loyola, 1989.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 16-39, dez. 2003.

SPOSITO, M. P.; CARVALHO E SILVA, H. H.; SOUZA, N. A. Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 238-257, ago. 2006.

SPOSITO, M. P.; SOUZA, R. Desafios da reflexão sociológica para análise do ensino médio no Brasil. In: KRAWCZYK, N. (Org.). *Sociologia do ensino médio: crítica ao economicismo na política educacional*. São Paulo: Cortez, 2014. p. 33-62.

SPOSITO, M. P.; SOUZA, R.; ARANTES E SILVA, F. A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativo. *Educação e Pesquisa*, 2017. (no prelo).

SPOSITO, M. P.; TARABOLA, F. S. Experiência universitária e afiliação: multiplicidade, tensões e desafios da participação política dos estudantes. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1009-1028, out./dez., 2016.

STECANELA, N.; KUIAVA, E. A. As escritas de si na privação da liberdade: jovens em conflito com a lei arquivando a própria vida. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 49, p. 175-192, abr. 2012.

TEIXEIRA, A. Padrões brasileiros de educação (escolar) e cultura. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 22, n. 55, jul./set. 1954.

TILLY, C. *La desigualdad persistente*. Buenos Aires: Manantial, 2000.

TOMIZAKI, K.; SILVA, M. G. V.; CARVALHO-SILVA, H. H. de. Socialização Política. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 37, n. 137, p. 929-934, dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0101-733020160004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: maio 2015.

WELLER, W. A presença feminina nas (sub)culturas juvenis: a arte de se tornar visível. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 1, jan.-abr. 2005.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, maio/ago. 2006.

_____. Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 64, p. 61-78, mar. 2016.

ZIBAS, D. M. L. “A Revolta dos Pingüins” e o novo pacto educacional chileno. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 38, p. 199-220, ago. 2008.

APÊNDICE

Artigos integrantes do número especial *Juventude e contemporaneidade* organizado por Angelina Teixeira Peralva e Marília Pontes Sposito.

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5 e 6, p. 25-36, maio-dez. 1997.

BAJOIT, G.; FRANSSEN, A. O trabalho, busca de sentido. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5 e 6, p. 76-95, maio-dez. 1997.

BUZZI, C. Transgressão, desvio e droga. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5 e 6, p. 167-179, maio-dez. 1997.

CHIESI, A.; MARTINELLI, A.; O trabalho como escolha e oportunidade. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5 e 6, p. 110-125, maio-dez. 1997.

- FALLABELA, G. Juventude temporera: relações sociais no campo chileno depois do dilúvio. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5 e 6, p. 126-133, maio-dez. 1997.
- GOMES, J. V. Jovens urbanos pobres: anotações sobre escolaridade e emprego. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5 e 6, p. 53-62, maio-dez. 1997.
- GUIMARÃES, E. Juventude(s) e periferia(s) urbanas. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5 e 6, p. 199-208, maio-dez. 1997.
- MARQUES, M. O. de S. Escola noturna e jovens. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5 e 6, p. 63-75, maio-dez. 1997.
- MARTINS, H. H. T. de S. O jovem no mercado de trabalho. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5 e 6, p. 96-109, maio-dez. 1997.
- MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5 e 6, p. 5-14, maio-dez. 1997.
- MISCHE, A. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5 e 6, p. 134-150, maio-dez. 1997.
- MÜXEL, A. Jovens dos anos noventa: à procura de uma política sem “rótulos”. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5 e 6, p. 151-166, maio-dez. 1997.
- PERALVA, A.; SPOSITO, M. P. Quando o sociólogo quer saber o que é ser professor: entrevista com François Dubet. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5 e 6, p. 222-232, maio-dez. 1997.
- PERALVA, A. T. O jovem como modelo cultural. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5 e 6, p. 15-24, maio-dez. 1997.
- SÁNCHEZ-JANKOWSKI, M. As gangues e a imprensa: a produção de um mito nacional. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5 e 6, p. 180-198, maio-dez. 1997.
- SPOSITO, M. P. Estudos sobre juventude e educação. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5 e 6, p. 37-52, maio-dez. 1997.
- TOLEDO, L. H. *Short cuts*: histórias de jovens, futebol e condutas de risco. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5 e 6, p. 209-221, maio-dez. 1997.

SOBRE OS AUTORES

MARÍLIA PONTES SPOSITO é doutora em educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora da mesma instituição.
E-mail: sposito@usp.br

FELIPE DE SOUZA TARÁBOLA é doutor em educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da Escola de Aplicação da Faculdade de Educação da mesma instituição.
E-mail: fst@usp.br

*Recebido em 5 de junho de 2017
Aprovado em 27 de junho de 2017*